

7º CONGRESSO DA ÁGUA

PRIVATIZAÇÃO E REGULAÇÃO DO SECTOR DA ÁGUA

João de Quinhones Levy (*)

Começo por agradecer e felicitar a APRH por este 7º Congresso da Água em nome da AEPISA, que aqui represento, e em meu nome pessoal.

Abordando de imediato o tema desta mesa redonda e após a intervenção do meu colega, anterior Presidente da AdP, que defendeu a política do Governo Socialista e a Estratégia que foi seguida no Sector da água por aquele Governo, devo fazer notar que esta mesma política levou a AEPISA a apresentar na Comunidade Europeia uma queixa contra o Governo Português por concorrência desleal. Esta queixa foi retirada já no presente Governo, porque houve um comprometimento, por parte do Sr. Ministro do Ambiente, Dr. Isaltino Morais, para alterar tal política.

A estratégia seguida para o Sector pelo Governo Socialista durante 6 anos e, ainda não alterada nestes dois anos do Governo PSD/PP, conduziu as empresas Portuguesas a uma situação muito difícil. Os projectistas têm pouco trabalho, porque não têm sido lançados concursos, porque cada vez mais a AdP se posiciona como cliente único e porque a AdP cria empresas próprias neste domínio.

(*) Presidente da AEPISA – Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente

As empresas de fornecimento e montagem, para além de poucas obras, vêm-se perante concursos em que só lhes é pedida a montagem, pois que o fornecimento é AdP. Os concursos de operação e manutenção são raros, a AdP em vez de recorrer aos privados para este tipo de prestação de serviços, aumenta os seus quadros para assegurar ela própria o trabalho. Os empreiteiros de construção civil que apostaram neste Sector, constituindo empresas para actuar na gestão dos sistemas, não podem concorrer em alta e, em baixa, têm a concorrência da AQUAPOR.

Os antigos responsáveis pela AdP referem que esta empresa era uma das TOP TEN a nível mundial, como a Vivendi, as Águas de Barcelona, ou a Degrémont. Tenho muita dificuldade em aceitar que a AdP seja uma empresa na verdadeira definição do que é uma empresa. Uma empresa tem concorrência, é obrigada a cativar clientes, se não há dinheiro, os seus sócios não recebem ordenados, os seus preços derivam do mercado, etc..... A AdP não tem nada disto, por Decreto são-lhes dadas as Concessões, os preços de venda são decididos por ela própria, ao cliente só lhe resta pagar.

Referem também aqueles responsáveis que o Governo PS não fez mais do que seguir a política definida em 1993 pelo PSD. É uma afirmação abusiva, naquela data eram 5 ou 6 Sistemas, hoje são três dezenas em alta, e duas empresas de capitais maioritariamente públicos (Aquapor e Luságua) a concorrer em baixa.

Também referem que foi um êxito a estratégia seguida, assim como os resultados da AdP. É discutível tirar estas conclusões. Em que medidas de desempenho se basearam? O êxito era institucionalizar o Sector? Era retirar aos privados o mercado? Era aumentar o peso da Administração?

Julgo que não, julgo que era atingir os níveis de atendimento de 90 – 95% e era dinamizar a economia usando o Sector do Ambiente como alavanca. Entretanto, o que se verifica? Os níveis não foram alcançados; o IRAR não funcionou; o tecido empresarial não se desenvolveu; a AdP está descapitalizada; a AdP vale pouco mais que a EPAL; o P.I.B. desceu; o desemprego aumentou.

Sei que quando refiro a descida do PIB no conjunto dos resultados alcançados pelas práticas do anterior Governo PS, não alteradas ainda por este, muitos dos anteriores responsáveis consideram errada tal ilação.

Não concordo, acho que existe uma relação bem estreita, porque a AdP representa todas estas práticas que conduziram o País à actual situação económica. Substituiu-se aos privados, estabeleceu preços sem controlo, inflacionou ordenados porque os seus preços de venda não estão sujeitos à concorrência, sobrepôs as razões políticas, às económicas, estatizou o Sistema. Durante este período fez o que os privados podiam e deveriam fazer, e não fez o que devia: regular o mercado, planeá-lo, dinamizá-lo.

Voltemos aos objectivos que devem nortear as políticas do Sector. Há que atingir os níveis de atendimento em termos de água, águas residuais e resíduos. Há que dinamizar o tecido empresarial e criar riqueza. Portugal não deve funcionar só de acordo com a conjuntura internacional, tem que ter vida própria e decidi-la.

Como alcançar os objectivos? Reduzindo o peso da Administração Pública, aligeirando o burocracia. O Estado deve planear, o Privado deve executar.

Já se perderam dois anos, não podemos continuar à espera de decisões. Há que agir.

Preconiza-se que, para já, se mantenha a AdP Holding mas que se permita a entrada de capitais institucionais, tipo CGD, dada a necessidade de investimentos.

Ao nível dos Sistemas em Alta, que se promova a associação de alguns deles para aumentar a sua escala. As empresas multimunicipais não se devem tornar em elefantes brancos, devem delegar a execução aos privados, quer ao nível do projecto e da obra, quer da operação e manutenção.

Ao nível dos Sistemas em Baixa, as empresas de capitais públicos não devem fazer concorrência às privadas. A Aquapor e a Luságua devem ser vendidas. Deve ser fomentada a Gestão Delegada.

Concluo, salientando que a situação do País se deve mais à forma de Governação que à conjuntura internacional. O Estado não pode ser o concorrente dos privados. Há soluções para o País, mas elas passam por um Sector Público que planeie e um privado que execute.

Lisboa, 9 de Março de 2004